

Esquizo-simbiose: O fim das políticas do sujeito como horizonte democrático

Schizo-Symbiosis: The End of Subject-Centered Politics as a Democratic Horizon

PEDRO RICARDO 'SIVELLI' SOUZA MORAIS¹

Resumo: Este artigo analisa a crise da democracia liberal no neoliberalismo, que molda subjetividades através do individualismo competitivo, corroendo valores democráticos. Com base em pensadores como Dardot, Laval e Foucault, examina como o sujeito neoliberal internaliza a lógica empresarial, reduzindo a política a mera gestão técnica. Propõe uma governamentalidade de esquerda alternativa baseada na interdependência e no conceito de simbiote político que rejeita identidades fixas. Defende a descolonização do desejo e a construção de novos fundamentos éticos para imaginar futuros alternativos. Seguindo Deleuze, Guattari e Preciado, conclui que a transformação democrática exige ações coletivas micropolíticas capazes de superar o individualismo para criar novas formas de existência comunitária.

Palavras-chave: Democracia. Ética. Política. Neoliberalismo. Subjetividade.

Abstract: This article examines the crisis of liberal democracy under neoliberalism, which shapes subjectivities through competitive individualism, eroding democratic values. Drawing on thinkers like Dardot, Laval and Foucault, it analyzes how the neoliberal subject internalizes entrepreneurial logic, reducing politics to mere technical management. The study proposes an alternative leftist governmentality based on interdependence and the political symbiont concept that rejects fixed identities. It advocates decolonizing desire while establishing new ethical foundations for imagining alternative futures. Following Deleuze, Guattari and Preciado, the argument concludes that democratic transformation requires collective micropolitical actions capable of overcoming individualism to create new forms of communal existence.

Key-words: Democracy. Ethics. Politics. Neoliberalism. Subjectivity.

Introdução

Quando proferimos a palavra democracia, é preciso ouvir com atenção o eco de seu eco. Observamos, mundialmente, a erosão - ou o escancaramento da fragilidade - da vida democrática. Discursos avessos à diferença guiam eleições nas quais agentes da extrema direita têm ascendido ao poder. O ódio aos imigrantes, o genocídio em Gaza, o escancaramento de uma ordem global ainda – que surpresa!

¹ Mestrando em Ética e Política pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: pedroricardosm@outlook.com.

– imperialista são, não raro, justificados justamente pelo ideal de democracia como valor do Ocidente ilustrado. Nessa dinâmica, os votantes, a cada eleição, elegem candidatos que trabalham para o acirramento dos mecanismos político-econômicos de opressão, a precarização das condições de trabalho e a privatização dos serviços públicos básicos de modo a intensificar os processos financeiros de concentração de capital. Cabe ressaltar que até mesmo os agentes políticos de esquerda se veem numa crise de governabilidade, reforçando medidas cada vez mais neoliberais, como que refêns do mercado financeiro. Em meio a esses fenômenos, a esquerda institucional tem ecoado, de modo reiterado, discursos em prol de uma ideia abstrata da democracia liberal:

Na véspera do Dia da Independência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a democracia e a convivência "civilizada" entre grupos opostos. (...) "A democracia é mais do que votar no dia da eleição. É lutar pela conquista de direitos. O direito de fazer três refeições por dia, morar com dignidade, ter um bom emprego, salário justo, segurança para cuidar da família e conquistar um futuro melhor para nossos filhos" (Vilela, 2024).

A ocorrência de discursos similares permeia o mandato de variados representantes políticos da esquerda, nos quais percebe-se uma ideia romantizada da vida democrática pela exaltação de valores como o direito ao voto, a cidadania, a igualdade e civilidade. Tais afirmações soam como meras ficções ilusórias, uma vez que o neoliberalismo tende a esvaziar a democracia de sua substância sem extingui-la formalmente (Dardot; Laval, 2016):

O neoliberalismo, deste modo, visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrática e definindo suas energias democráticas. De suas aspirações e afirmação "pós-ideológicas" da tecnocracia até sua economicização e privatização das atividades governamentais, de sua oposição desenfreada ao "estatismo" igualitário até sua tentativa de deslegitimar e conter as reivindicações democráticas, de seu objetivo de restringir direitos até seu objetivo de limitar agudamente certos tipos de estatismo, o neoliberalismo busca tanto restringir quanto desdemocratizar o político (Brown, 2019, p.70).

Dessa forma, os discursos da esquerda institucional exaltam valores que apenas existem e funcionam formalmente, titereando marionetes quebradas. Portanto, no discurso político da esquerda "hegemônica", a democracia liberal

aparece como única possibilidade possível para a luta política progressista, o que parece restringir a ação progressista à derrota, eleição após eleição.

É preciso ressaltar que nosso objetivo não é construir uma crítica leviana e destrutiva a esses representantes políticos, desmerecendo seu trabalho político, tampouco propor alternativas totalitárias e oligárquicas à democracia, mas analisar a erosão do lastro simbólico democrático enquanto valor consolidado. Fato é que tais valores abstratos parecem pouco significar para os eleitores brasileiros. Isso constitui grave crise, pois a democracia não deve ser apenas um método de eleição de representantes, mas a concretude do poder político nas mãos do povo, considerado em suas diferenças e desigualdades:

Compreender o cenário democrático como sinônimo do poder de um povo tido como homogêneo e não diferenciado é negar espaço de reflexões para as desigualdades que assolam o mundo social, sobretudo, países capitalistas periféricos, como o Brasil. Desse modo, para o autor, falar de democracia é necessariamente romper com as diversas desigualdades – renda, escolar, classe, gênero, étnica, raça – que dominam os meios sociais, ainda que não mais expressas na letra da lei (Machado et al, 2023, p. 8).

417

Nesse sentido, pensar os problemas da cooptação dos eleitores por retóricas de extrema direita é indispensável para a possibilidade democrática. Tal esforço intelectual não pode prescindir da relação entre a consolidação do neoliberalismo como *racionalidade-mundo* (Dardot; Laval, 2016), a precarização das condições de vida da população e a constituição de uma subjetividade concorrencial e profundamente individualista.

Dessarte, analisaremos a crise da democracia liberal pela consolidação do neoliberalismo como racionalidade subjetiva do governo de si, para, então, problematizar as políticas do sujeito e, enfim, discutir alternativas possíveis ao modo de subjetivação neoliberal para a construção de novos mundos possíveis como verdadeira possibilidade democrática.

1 A subjetivação neoliberal

Em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, Dardot e Laval analisam o neoliberalismo não apenas como uma dinâmica política e

econômica (Dardot; Laval, 2016). A captura do Estado pelo mercado e a privatização de serviços públicos podem conduzir ao erro de diagnóstico de que o neoliberalismo seria a retomada do *laissez-faire* de maneira a compreender o mercado como uma realidade natural (Dardot; Laval, 2016). Contudo, o que caracteriza o neoliberalismo é a sua construção enquanto racionalidade que permeia tanto a administração (governo das coisas) quanto o governo (governo dos outros), por um investimento ainda mais intenso: o governo de si.

Desse modo, o neoliberalismo não funciona apenas enquanto política econômica, mas, principalmente, como racionalidade subjetiva que generaliza a concorrência como norma das relações sociais e a empresa como modo de subjetivação. Assim, as relações sociais, bem como as subjetividades, são colonizadas por tal racionalidade que atomiza o indivíduo e o responsabiliza *ad nauseam* por seu destino, ao mesmo tempo em que mina as instituições de seguridade, assistência social e os serviços públicos.

É por isso que o problema neoliberal ultrapassa a categoria da ideologia:

Continuar a acreditar que o neoliberalismo não passa de uma 'ideologia', uma 'crença', um 'estado de espírito' que os fatos objetivos, devidamente observados, bastariam para dissolver, como o sol dissipa a névoa matinal, é travar o combate errado e condenar-se à impotência. O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais. Além disso, devemos deixar claro que esse sistema é tanto mais 'resiliente' quanto excede em muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital (Dardot; Laval, 2016, p. 30).

Portanto, a questão neoliberal é um problema da subjetividade, dos modos normativos de viver, relacionar-se, amar e odiar em uma sociedade em que as relações sociais e intrassubjetivas são organizadas através dos eixos da concorrência e da autogestão. Cabe ressaltar que abordagens que essencializam o neoliberalismo, entendendo-o como plano minucioso organizado por poderosos em reuniões secretas pouco contribuem para a discussão. Em crítica a essa concepção, Dardot e Laval afirmam que “a sociedade neoliberal é fruto de um processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros” (Dardot; Laval, 2016, p. 24).

A partir disso, resta analisar a constituição do sujeito neoliberal, denominado *neossujeito* por Dardot e Laval (2016), e o modo como sua constituição torna-o incompatível com a os valores democráticos, os quais são esvaziados.

1.1 Neossujeito

Os processos de subjetivação (assujeitamento) não são imutáveis e estáveis (Rolnik *apud* Hur, 2018). De modo contrário, a subjetividade se constitui pelos jogos e fluxos entre as forças. É o que defende Guattari:

O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um "être-là", algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida (Guattari; Rolnik, 1986, p. 25).

É nesse sentido que a subjetividade é objeto do jogo político-econômico, a partir do qual o governo dos homens é tão mais eficiente quanto mais governá-los pela sua própria liberdade, constituindo seu modo de desejar para que desejem seguir as normas da governamentalidade (Dardot; Laval, 2016). É por isso que “a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção” (Guattari; Rolnik, 1986, p. 28).

Desse modo, a subjetividade é o processo pelo qual o sujeito é constituído como um eu, processo que não se dá num vácuo inato da natureza e da essência, mas no meio de complexas relações de poder e fluxos desejantes. O assujeitamento² é, portanto, processo passivo, no qual as forças desejantes são capturadas pela configuração do *socius*. Tal constatação não implica um determinismo fatalista, mas a realidade da influência da complexidade das forças que fluem em um determinado território, constituindo hábitos, modos de ser,

² Note-se a distinção entre subjetividade, equivalente ao assujeitamento pelo *socius*, e subjetivação, a qual se dá como arte de si, como processo ativo de constituição de si (Hur, 2018, p. 51) em uma autonomia que potencializa a vida. Félix Guattari entende o processo ativo de subjetivação como singularização (Guattari; Rolnik, 1986).

modos de desejar, modos de conceber a si e aos outros, pois “a subjetividade é a contração da pluralidade, complexidade e paradoxalidade do território” (Hur, 2018, p. 54).

É a partir desses pressupostos teóricos que é possível afirmar que “o capitalismo é obrigado a construir e impor seus próprios modelos de desejo; e é essencial para sua sobrevivência que ele consiga que as massas que ele explora interiorizem esse modelo” (Guattari, 2024, p. 60). Portanto, o capitalismo se estabelece como economia libidinal que produz uma subjetividade que é capitalística (Guattari, 1986) em seu inconsciente.

O *neossujeito* constitui-se interiorizando elementos da gestão empresarial, de modo que a relação do sujeito consigo mesmo é a de autogestão empresarial. Assim, “a concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma nova norma subjetiva” (Dardot; Laval, 2016, p. 321). Logo, o neoliberalismo como racionalidade-mundo estende as noções da empresa e da concorrência a todas as dimensões da vida humana, especialmente às relacionais e intrassubjetivas (Dardot; Laval, 2016).

O sujeito empresarial é aquele cuja subjetividade está envolvida com a atividade que faz, seus valores são o desempenho, a iniciativa, a eficiência; precisa entregar-se totalmente à empresa. Contudo, é preciso que ele assim o faça “como se trabalhasse para si mesmo” (Dardot; Laval, 2016, p. 327), pois na medida em que ele vê a si próprio como capital humano, deve valorizar-se ao infinito, pois na sociedade da concorrência nada é garantido. O sujeito empreendedor, mesmo que empregado, tem introduzido em si a cultura da empresa, sua liberdade é autogestão.

A racionalidade neoliberal faz-se racionalidade-mundo pois universaliza a dinâmica da empresa como ‘governo de si’ (Dardot; Laval, 2016); estendendo-a às escolas, às religiões, às relações e não apenas ao trabalho. Os sujeitos empreendedores viverão, nos diversos âmbitos de suas vidas, os valores empresariais da concorrência (Dardot; Laval, 2016), performance, rentabilidade e investimento, os quais corroem o potencial coletivo de organizações políticas e estabelecem o momento neoliberal como despolitizante (Safatle, 2020),

construindo a ausência de solidariedade (Safatle, 2020) entre os indivíduos na sociedade.

Tal processo se constitui não por um egoísmo inerente à condição humana - cremos que acreditar em afirmações desse viés é selar o caixão da humanidade - mas pela intensificação da precarização da vida no neoliberalismo. Isso se dá pois o *neossujeito* se constitui como sujeito que não deve nada a ninguém (Dardot; Laval, 2016) pois, por outro lado, ninguém deve nada a ele, está sozinho no mundo, seu sucesso ou fracasso depende apenas de seu próprio esforço, no contexto em que se tem cada vez menos seguridades sociais, pois “ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em risco” (Dardot; Laval, 2016, p. 346). Tudo em sua vida é viver o risco de fracassar para maximizar seu valor, pois o Estado neoliberal, minado de instituições de assistência, é aquele que socializa os riscos e privatiza os lucros:

a “naturalização” do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores (Dardot; Laval, 2016, p. 329).

421

Esses fatores contribuem para a formação de relações sociais excessivamente individualistas e concorrenciais, nas quais o medo do outro (Safatle, 2020) ou o medo de ser vencido por ele na corrida pelo sucesso são afetos que obstaculizam a vivência da alteridade.

Há ainda outra face do neossujeito que se traduz pela ultrassubjetivação (Dardot; Laval, 2016). O discurso gerencial engendra, tensiona e extrai do sujeito o desempenho como imperativo, ao passo que o discurso publicitário o faz com o gozo. Assim, o ultrassujeito vê-se emparedado entre os dois imperativos neoliberais: desempenho para gozar, seu desempenho é seu gozo, não há gozo maior que o bom desempenho de sua vida como empresa. A ultrassubjetivação, portanto, constitui a ausência de um estado último para a subjetivação, colocando para o sujeito um limite esquizofrênico (Deleuze; Guattari, 2011) que sempre se

afasta, constituindo um “*além de si* sempre repellido” (Dardot; Laval, 2016, p. 357), como um microcosmo subjetivo da sociedade-empresa-capitalista.

Em suma, a partir da constituição de um tipo de subjetividade muito específico, ainda que ainda haja a diferença dos sujeitos empíricos, esses agem como que terminais (Guattari; Rolnik, 1986) de tal racionalidade-subjetiva. O neoliberalismo como racionalidade-mundo consolida modos de pensar, viver e de se afetar com o mundo que esvaziam a democracia de suas bases éticas, culturais e institucionais de modo que a incompatibilidade entre democracia e neoliberalismo termina numa síntese em desfavor da democracia.

2 Neoliberalismo como antidemocratismo

A partir da construção de sujeitos do desempenho e da concorrência, o neoliberalismo não deixou da democracia liberal “nada além de um envelope vazio, condenada a sobreviver na forma degradada de uma retórica ora ‘comemorativa’, ora ‘marcial’” (Dardot; Laval, 2016, p. 384). Isso se dá, pois, a racionalidade neoliberal é ademocrática não de modo acidental, mas por seus princípios de ação com os quais destitui a figura do cidadão como participante na discussão pública em torno do bem comum. Por outro lado, o egoísmo neoliberal destrói o horizonte que permite a construção de uma ideia forte de bem comum. Portanto, o cidadão da responsabilidade coletiva é substituído pelo homem empreendedor (Dardot; Laval, 2016), preocupado com seu próprio sucesso, o qual concebe como alheio ao político.

A ficção política do indivíduo neoliberal deturpa até mesmo as ações do Estado, cujo objeto passa a ser não mais o cidadão sujeito de direitos, mas os “atores autoempreendedores” (Dardot; Laval, 2016, p. 381) e seus contratos privados, como ocorreu com a narrativa de campanha de Guilherme Boulos para a prefeitura de São Paulo nas eleições de 2024. Às vésperas do segundo turno, Boulos assume o discurso de valorização do empreendedorismo como estratégia de campanha:

Eu estou assumindo um compromisso com esse segmento [dos empreendedores]. Que é de, olha, o nosso campo político vai voltar a olhar para vocês. O nosso campo político vai apresentar propostas reais para vocês e a prefeitura de São Paulo, a partir de

1º de janeiro do ano que vem, vai ajudar essas pessoas a terem prosperidade (Bocchini, 2024)

Tal compromisso firmado pelo candidato exemplifica a tendência (coerção?) da democracia institucional em reforçar dinâmicas econômicas e sociais que minam sua própria dinâmica. Desse modo, os efeitos sociossubjetivos do neoliberalismo inutilizam as categorias fundamentais da democracia liberal (Brown *apud* Dardot; Laval, 2016). A política torna-se gestão: não se trata mais de discutir sobre a consciência, a liberdade de pensamento e de expressão, igualdade política, cidadania, direito ao voto, desigualdade social e direitos sociais. A política neoliberal é a do desempenho, da técnica, da responsabilização do indivíduo, da austeridade e do superávit.

Wendy Brown, na obra *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente* (2019), defende a tese de que o neoliberalismo, já em seus ideólogos, visa contestar a ideia da sociedade, isto é, o modo como os indivíduos percebem-se organizados, o social como imaginário político. Assim, para Hayek, a sociedade não existe como algo além dos indivíduos, o que existe são os atores econômicos que lutam por seus interesses, conduzidos pelo mercado e a moral (Brown, 2019). Portanto, Hayek concebe o social como ficção tóxica que brota de um Estado invasivo e autoritário (Brown, 2019). Ao menos de modo ideal, a liberdade hayekiana consiste em dismantelar a sociedade, permitindo aos indivíduos que cuidem de seus próprios interesses (Brown, 2019).

Contudo, parece ingênuo pensar que tal concepção tenha ficado restrita à tinta de Hayek. O contexto democrático do Ocidente respira a morte do social. A desmobilização política, a solidão política como sofrimento psíquico, a aparente ausência de esperança de outros futuros possíveis, o desespero climático; tais são os sintomas da subjetividade neoliberal, nas quais a vivência do social foi obstruída:

De fato, dentre as realizações neoliberais mais impressionantes estão o dismantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais, juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no momento exato de sua aparente extinção. Desnaturalizadas até seu núcleo, as versões neoliberais das unidades individuais e familiares podem acabar se mostrando mais fortes do que quaisquer iterações anteriores (Brown, 2019, p. 51).

A partir disso, o que resta da democracia é sua versão torcida, na qual seus significados são alterados. Não se deve chamar democracia essa casca formal que reduz o democrático ao método de estabelecer regras (Brown, 2019). A dessimbolização política (Dardot; Laval, 2016) neoliberal impede que a democracia seja vivida como forma de governo (Brown, 2019). Assim, Dardot e Laval afirmam que esse quadro de crise democrática não é mero “desencantamento democrático passageiro, mas uma mutação muito mais radical” (Dardot; Laval, 2016, p. 382), isso porque a política da subjetividade neoliberal corroeu os pilares morais, culturais e institucionais da democracia liberal. Nesse sentido, é preciso tomar a questão neoliberal como questão da subjetividade, dos afetos, do desejo.

Paul B. Preciado, na obra *Dysphoria mundi*, afirma que “o regime capitalista petrossexoracial³ capturou a função desejante, colocando-a a serviço da produção de significados transcendentais; Deus, a nação, o nome do pai, o capital, o eu, o sujeito, a identidade, o código” (Preciado, 2023, p. 515). Tal afirmação constata o caráter constitutivo da subjetividade capitalista: uma vez que seu desejo é produzido em meio às relações sociais, nem seu inconsciente escapa à dinâmica de valor. O que se constrói não é apenas a ideologia que aliena, mas modos de desejar que faz com que o sujeito se regozije com sua própria opressão, um governo pela liberdade (Dardot; Laval, 2016).

Assim, a relação dos sujeitos com o capital se configura aos moldes de uma adicção (Preciado, 2023), pois para controlar uma sociedade de corpos livres, é preciso fabricá-los como sujeitos adictos e despolitizados. Preciado afirma que à medida que “o horizonte democrático se amplia [...] torna-se cada vez mais

3 O termo petrossexoracial é usado por Preciado para destacar as dinâmicas do capitalismo, especificamente após a segunda guerra mundial, em suas bases de exploração: a queima de combustíveis fósseis e a subjugação dos corpos feminilizados e racializados. Em suma, a exploração autossuperante do corpo vivo.

importante realizar uma boa gestão farmacopornográfica⁴ das funções psíquicas, sexuais e reprodutivas da população” (Preciado, 2023, p. 351). Portanto, pensar a democracia liberal contemporânea é pensar seu vazio operacional que se dá pela incompatibilidade entre o exercício da cidadania democrática e a governamentalidade neoliberal.

3 O fim da política do sujeito: construir um nova governamentalidade

Em *Segurança, território, população*, Foucault (2008) realiza a genealogia da arte de governar, a qual tem relação com o fim da família como modelo de governo em virtude do surgimento da problemática da população. O desbloqueio da arte de governar se dá no movimento em que a população aparece como meta final do governo, nos aspectos de “sujeitos de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo [Ela aparece] como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer” (Foucault, 2008, p. 140). É estabelecida assim, uma espécie de dupla via, na qual a população tem necessidades propositivas, mas é governada de modo “inconsciente” (Foucault, 2008, p. 140), administrada “com sutileza (...) em detalhe” (Foucault, 2008, p. 142). Em outros trechos, Foucault afirma que o governo age sobre a população de modo direto, mas também “indiretamente, por meio de técnicas que vão permitir, por exemplo, estimular, sem que as pessoas saibam muito, a taxa de natalidade, ou dirigindo nesta ou naquela região, para determinada atividade, os fluxos de população” (Foucault, 2008, p. 140).

Em outro momento da obra, na aula de 22 de fevereiro de 1978, Foucault afirmará que o pastorado cristão serviu como prelúdio da governamentalidade pelas suas técnicas de sujeição e subjetivação. A partir disso, destacamos o caráter

425

⁴ Farmacopornografia é o conceito utilizado por Preciado para descrever os processos de exploração da subjetividade no capitalismo pós-disciplinar: a circulação de fármacos como melhoramento da capacidade de produzir (prazer, dopamina) e a diminuição da resistência à exploração; e a formação da indústria cultural tendo como matriz a pornografia, método de obter o maior prazer com menor custo e maior lucro.

da governamentalidade como arte que empreende a “constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração da verdade que lhe é imposta” (Foucault, 2008, p. 243). Tal associação, aliada ao que Foucault diz sobre o governo inconsciente da população, demonstra fortemente que o conceito de governamentalidade não pode ser compreendido sem a problemática da subjetivação. Ainda, o conceito de governamentalidade se constrói como:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008, p. 143).

Desse modo, Dardot e Laval (2016) parecem tomar o conceito de governamentalidade foucaultiano destacando a arte de governar em seus aspectos da administração (governo das coisas) e governo dos outros - governo consciente, por meio de campanhas (Foucault, 2008). Não apenas isso, identificam de modo pungente na análise da governamentalidade neoliberal que o governo dos outros no neoliberalismo pressupõe certo governo de si (Dardot; Laval, 2016), técnica de si que os sujeitos assimilam e que determinará valores, crenças, objetivos. Em outras palavras, o neoliberalismo tende a governar pelo desejo, com a aparência de liberdade, pela construção de um sujeito cujo desejo se alinhe, ao máximo, com os intentos do poder.

Em consonância, Lemke afirma que Foucault estabelece a governamentalidade como a razão de estado que, no neoliberalismo, realiza a síntese entre poder e subjetividade (Lemke, 2017), coação e liberdade. Assim, o “governo refere-se a um continuum que se estende do direito do governo político até formas de autorregulação – a saber, “tecnologias de si” (Lemke, 2017, p. 206). Desse modo, no conceito de governamentalidade, o governo dos homens investe sobre as técnicas de si, isto é, sobre os modos de subjetivação, sobre certo ideal de humano e de humanidade, sobre certa racionalidade social normativa, moral,

cultural e de solidariedade. Portanto, a crise que se instala no seio da democracia liberal é crise de governamentalidade.

Em consonância, outros autores também abordam esse problema sobre o prisma do desejo e dos afetos (Guattari, 1986), da adicção (Preciado, 2023), da captura (Deleuze; Guattari, 2011). É preciso unir essas interpretações em favor de uma compreensão alargada da formação da subjetivação (passiva) neoliberal em seus modos de pensar, desejar, amar, trepar, matar, odiar, votar.

Dardot e Laval analisam o diagnóstico alarmante de Foucault: não foi constituída, como racionalidade subjetiva, uma governamentalidade de esquerda. É por isso que “a esquerda não pode contentar-se em defender a democracia liberal, como tende a fazer” (Dardot; Laval, 2016, p; 389), mas deve “inventar uma resposta política ‘à altura’ do que o regime normativo dominante tem de inédito” (Dardot; Laval, 2016, p; 389). Em suma, é preciso fazer a esquerda “descobrir” e produzir outros modos de subjetividade (ou mesmo destruí-la enquanto conceito, como veremos a seguir) em sua práxis política. É preciso criar outro tipo de subjetividade para preencher o vazio da democracia, pois a governamentalidade neoliberal é ademocrática (Dardot Laval, 2016):

Conduzir os homens não é curv-los sob o jugo inflexível da lei nem fazê-los reconhecer a força de uma verdade. É por nunca ter sabido reconhecer isso que a esquerda esteve sempre condenada a regular-se por governamentalidades emprestadas. É precisamente nisso que a governamentalidade de esquerda ainda está por se inventar (Dardot; Laval, 2016, p. 395).

A partir disso, construir democracia inédita é construir a subjetividade democrática em processo longo. Não se trata de opor as questões macropolíticas institucionais às políticas de subjetivação, mas de travar uma batalha estratégica em dois *fronts*. Resistir à racionalidade dominante é promover formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa de si (Dardot; Laval, 2016), autonomizar a função desejante em vista de outros mundos possíveis (Preciado, 2023), reabilitar a capacidade imaginativa de um futuro que permita a superação do neoliberalismo como esgotamento da subjetividade.

Assim sendo, “o sujeito está sempre por construir” (Dardot; Laval, 2016, p. 399) de modo que é preciso desenvolver *contracondutas* como fuga da

racionalidade dominante, conduta para consigo mesmo, para a relação com as coisas, para a relação com os outros (Dardot; Laval, 2016), para a relação com o planeta. Dardot e Laval denominam esse processo *subjetivação por contracondutas*: recusar a conduzir-se como empresa, recusar a conduzir-se em relação aos outros pela norma da concorrência (Dardot; Laval, 2016). O que está em jogo é a construção de modos de relação que corroam o sentido do lucro e da autossuperação incessante, que corroam o símbolo do egoísmo e do indivíduo moderno. É preciso destituir o sujeito moderno como objeto da política em seu direito inabalável à propriedade e à liberdade alienada. Construir uma nova subjetividade que paradoxalize a própria ideia de subjetividade: extinguir o sujeito, parir em coletivo o simbiote.

Preciado ecoa da teia discursiva de Haraway o conceito dos simbioses para opor-se à naturalização das identidades. A identidade seria, portanto, recurso querido ao capitalismo cibernético em sua exploração das forças do corpo vivo e gestão de *big data*, perdendo seu potencial de mudança política. Assim, rejeitando a identidade como ponto de partida da política, o simbiote há de surgir como alternativa política ao sujeito: “não há sujeitos (naturais ou essenciais, marcados por uma identidade) da revolução, mas simbioses políticos capazes de atuar juntos (ou não). Os simbioses políticos não são identidades, são mutantes relacionais” (Preciado, 2023, p. 61).

Essa proposta se constitui no contexto preciadiano - que converge em grande parte com propostas esquizoanalíticas - de que uma alternativa à dinâmica do capitalismo petrossexoracial só será alcançada por uma modificação radical dos modos de desejo. É preciso criar contraficções que desmontem o desejo colonizado pelo capital:

O que proponho é desalojar a noção de sujeito político, ficção dominante da modernidade patriarcal e colonial, que supõe uma teoria da soberania, uma representação vertical do poder, um relato individualista acerca da sujeição e da autonomia, para, diante disso, começar a pensar nos diferentes processos através dos quais um corpo vivo pode transformar-se em simbiote político e nos agenciamentos que podem fazer com que este processo fracasse ou seja negado. Em biologia, um “simbiote” é um dos sócios de uma relação simbiótica: uma associação na qual um organismo se relaciona com outro ou outros organismos para

sobreviver, como os lactobacilos e o corpo humano ou a zooxantela e os corais (Preciado, 2023, p.58).

Portanto, é preciso inventar uma governamentalidade de esquerda. Uma política de simbioses marcada pelo fim da subjetividade⁵ e a construção da simbioticidade, a capacidade relacional. Tal processo, por óbvio, dificilmente acontecerá nos ambientes institucionais da democracia burguesa. Construir um novo modo de co-habitar o mundo é trabalho dos simbioses com a metodologia do otimismo e da utopia (Preciado, 2023).

4 Esquizo-simbiose: micropolíticas do coletivo

Há, na democracia liberal, um grande abismo ético entre o exercício do poder e a vida. Isso é evidente através dos movimentos de controle, de vigilância, de categorização, de assujeitamento para a exploração. A exploração do trabalho é, afinal, exploração da potência de vida, de modo que o corpo vivo dá cada vez mais sinais de que está prestes a explodir (Preciado, 2023). Todo o sistema petrossexoracial se constrói às custas dos corpos anormalizados, feminizados, racializados, animalizados, extrativizados. Rolnik (2018) nomeia *cafetinagem* o processo de extrativismo dos recursos do inconsciente e da subjetividade. Portanto, é preciso construir a possibilidade de um outro tipo de “exercício do poder” que insira a vida no contexto de sua potencialização.

429

⁵ Tratamos até então, durante o texto, da necessidade de inventar uma outra subjetividade. A partir da introdução do conceito de simbiote, é inútil o uso da palavra “sujeito”. A constituição do sujeito moderno passa necessariamente pelas categorias da propriedade (de si, de coisas, do outros), da igualdade, da liberdade, da individualidade. Todas essas categorias, nascidas problemáticas, são extenuadas (exceto a propriedade) simbolicamente na contemporaneidade. Portanto, abandonaremos a palavra subjetividade como proposta política. As ocorrências de seu retorno, textualmente, fazem eco aos autores que usam-na em suas obras.

Uma nova governamentalidade de esquerda não pode se erigir em desfavor à *simbios*⁶ - vida-com concretude, multiplicidade, conexões, caos produtivo, produção de novos modos de existir em detrimento da cristalização fascista do desejo - , pois “todo processo de transformação política que não contemple a descolonização do inconsciente está, adverte-nos Suely [Rolnik], condenado à repetição (inclusive quando há deslocamento) das formas de opressão” (Preciado, 2018, p. 18)⁷. Desse modo, uma governamentalidade de esquerda deve ser construída através de novos agenciamentos de desejo, por micropolíticas que constituam uma nova racionalidade de governar, que nomearemos, provisoriamente, esquizo-simbiose.

Suely Rolnik desenvolve a problemática da subjetividade por meio dos conceitos que compõem de modo complexo e diverso isso que chamamos de subjetividade: os conceitos de formas e de forças. As formas de um mundo são nossas relações mais imediatas com esse mundo, captados pela percepção, pelo sentimento e pela cognição: “são modos de existência, articulados segundo códigos socioculturais, que configuram distintos personagens” (Rolnik, 2018, p. 52). É por meio das formas que constituímos nossa experiência enquanto sujeitos da vida social em suas demandas de trabalho, circulação, cultura, cognição, comunicação.

Por outro lado, as forças são efeitos de encontros com pessoas, coisas, paisagens, ideias, obras de arte, situações políticas (Rolnik, 2018). São modos de afecção que nos perturbam e nos dispõem à mudança, à criação, funcionando de modo extracognitivo. Tais afecções nos permitem existir num plano imanente no qual se estabelecem relações variáveis:

430

⁶ É constrangedor e sintomático que a palavra vida tenha sido cooptada por discursos anti-aborto. Talvez seria muito frutuosa politicamente a adoção de novos termos que não tenham a carga de significação complexa dos já existentes. Construamos os dicionários vivos dos anormais.

⁷ A citação está no prefácio que Paul B. Preciado escreve para a obra de Suely Rolink, como listado nas referências: PRECIADO, Paul B. *La izquierda bajo la piel*. In: ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p. 11-21.

As dinâmicas díspares das formas e forças, portanto, permeiam e constituem a experiência subjetiva de forma diferente, tensionando-a à produção criativa de vida. Contudo, no regime neoliberal, há uma superinflação da dimensão formal (das formas) na subjetividade, a qual é modelada - conforme discutimos - sob os parâmetros do desempenho e do individualismo. A partir disso, Rolnik afirma que a fonte de força do regime capitalista não é apenas econômica, mas “cultural e subjetiva - para não dizer ontológica” (Rolnik, 2018, p. 33), em suma, é a própria vida, sua potência de criação e transformação. A esse processo, Rolnik chama cafetinagem, pois a relação do sujeito com o sistema se dá numa relação de cumplicidade e sedução:

É uma violência semelhante à do cafetão que, para instrumentalizar a força de trabalho de sua presa – no caso, a força erótica de sua sexualidade –, opera por meio da sedução. Sob feitiço, a trabalhadora do sexo tende a não perceber a crueldade do cafetão; ela tende, ao contrário, a idealizá-lo, o que a leva a entregar-se ao abuso por seu próprio desejo (Rolnik, 2018, p. 108).

Assim sendo, uma governamentalidade de esquerda deve inserir o elemento esquizo de liberação da vida cafetinada no jogo político:

O esquizofrênico é um sujeito que, por uma razão qualquer, entrou em conexão com um fluxo desejante que ameaça a ordem social (...) trata-se aqui da energia libidinal em seu processo de desterritorialização, e não da estagnação desse processo (Guattari, 2024, p. 33).

Através de um processo histórico de assujeitamento, a subjetividade foi trancafiada à ordem da utilidade para que fosse explorada em sua potência vital. É esse o problema do *socius*: “codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer com que nenhum fluxo corra sem ser tamponado, canalizado, regulado” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 51). Desse modo a ordem social obsessiva da produção capitalista representa realmente a supressão da vida nos âmbitos do desejo, do inconsciente, do corpo, do mercado, da escola, do sexo, da consciência.

Para além disso, Deleuze e Guattari afirmam que a máquina capitalista constitui uma situação totalmente nova, a desterritorialização sempre mais distante do *socius*, pela qual “não para de se aproximar do seu limite, que é um limite propriamente esquizofrênico” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 52). Entretanto, se

a máquina capitalista codifica os fluxos, se ela desterritorializa o *socius*, fá-lo em virtude apenas da exploração sempre mais esquizofrênica da vida: “Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 53).

O limite esquizofrênico do capitalismo desterritorializante, sempre postergando seu limite, numa aparente infinitude dos recursos subjetivos e materiais (como se a subjetividade não fosse material), encontra na subjetividade seu terminal de repetição (Guattari; Rolnik, 1986): a ultrassubjetivação como estabelecimento de um limite sempre *além de si* (Dardot; Laval, 2016). Tratamos em outros trabalhos o grande prejuízo psíquico que a exploração da subjetividade perpetrada pelo neoliberalismo impõe sobre as populações: a socialização do desespero, do fracasso e do desamparo; a medicalização da exploração da vida (Safatle *et al*, 2020), a lucrativa circulação farmacopornográfica (Preciado, 2018) de antidepressivos, entorpecentes, anabolizantes e outras substâncias. Por isso, reiteramos a hipótese de que o neoliberalismo está progressivamente mais perto de seus limites subjetivos e materiais.

Realizar a transição epistêmica (Preciado, 2023) ou a revolução molecular (Guattari, 2024) significa extinguir a subjetividade neoliberal que se sustenta sobre as bases da ficção moderna de um sujeito autônomo, individual e livre que – quem diria – é masculino, branco, do Norte global, hétero, *selfmade*, cristão, empreendedor, etc. É preciso tensionar tal construção conceitual enraizada no princípio de nossas ações políticas, enfraquecê-la em suas convicções, destruí-la se possível. É isso que propomos ao pensar o fim das políticas do sujeito como possibilidade de verdadeira vivência democrática. Nessa esteira, Preciado afirma a necessidade da desontologização da ação política:

A política das multidões queer emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito da política das identidades: não há uma base natural (“mulher”, “gay” etc.) que possa legitimar a ação política. (...) Nesse sentido, as políticas das multidões queer se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e

universalmente representativas, mas também às epistemologias sexopolíticas straight, que dominam ainda a produção da ciência (Preciado, 2011, p. 18).

Nesse sentido, a ação política deve se organizar não pela via da identidade dos sujeitos, mas pela *simbiopoiese*⁸ (Haraway, 2019), um fazer-com que pressupõe o *simbios* (viver-com) dos simbioses através do fim das (micro)políticas do sujeito como cristalização do desejo. As multidões queer, das quais fala Preciado, organizam-se fora das instituições, no chão das vidas anormais, encontram potência *simbios* no avesso da ordem social, na contramão da normalidade e do modo de vida neoliberal. Antes de pensar em conquistar o Estado, é preciso iniciar processos de transformação do desejo.

Desse modo, políticas esquizo-simbióticas devem se estabelecer segundo os critérios de valorização da *simbios* (vida-com) enquanto potência de criação relacional, conflitante e que, aos moldes do que Guattari chama “revoluções moleculares”, buscam desbloquear e transformar o desejo, construí-lo de outros modos, propagar linhas de fuga à rigidez e à petrificação da subjetividade, desconstruir os estratos rígidos do poder (Hur, 2019, p. 44) através de movimentos que não podem não ser coletivos, simbiopoieticos (Haraway, 2019) práticos e fixados na suspensão crítica da ordem social como determinante do desejo.

433

Considerações finais

A democracia como paradigma de governo ocidental tem sido cada dia mais esvaziada de significado, sendo usada inclusive para a violação da soberania de países ditos não-democráticos pelas potências ocidentais. No caso brasileiro, tal crise se intensifica à medida que a precarização da vida toma conta das diversas

⁸ A *simbiopoiese* de Haraway destaca o fazer parentes multiespécies em vistas de sobreviver nas ruínas do Antropoceno, de fazer com que o Antropoceno dure o mínimo possível. Tal conceito parte da convicção de que não há organismos autopoieticos, ou seja, de que a vida individual é uma fantasia, uma vez que todos os seres estão em relação com outros seres. Busca responder à questão fulcral que aparece na maioria dos autores trabalhados nesse artigo, a saber, a de habilitar o nascimento de novos mundos.

áreas da sociedade. Enquanto o barco dá sinais de naufrágio, intensifica-se o movimento de “salve-se quem puder”. Assim, o modo de vida neoliberal é marcado por categorias como performance, desempenho, concorrência, autosuperação *ad infinitum*, resiliência e burnout. A socialização do egoísmo e competição como paradigma de relacionamento intra e intersubjetivo, corrói a base ético-epistêmica da democracia – que no caso brasileiro ainda era muito pouco consolidada, tendo em vista o histórico antidemocrático do século XX.

Nesse sentido, os autores abordados afirmam que o problema é ainda mais profundo que as categorias de ideologia e alienação podem explicar. A questão se estabelece em uma rede complexa de desejos, afetos, medo, ressentimento, ideias de sucesso, fracasso. Desse modo, produzir políticas que produzam saídas desse labirinto político exige a transformação dos modos de vida aos moldes de uma revolução molecular do inconsciente (Deleuze; Guattari, 2011) e de uma revolução epistêmica (Preciado, 2023) que solape o neoliberalismo corroendo sua base subjetiva.

Transformar o desejo pressupõe a invenção de uma inédita governamentalidade de esquerda (Dardot; Laval, 2016) que produza outros modos de governo das coisas, dos outros, mas, sobretudo, governo de si. Tal é o enorme desafio aos pensadores políticos do século XXI: produzir outros novos modos de vida, ou assistir ao colapso iminente dos recursos naturais e subjetivos.

Assim, tal esforço deve levar em conta a liberação da vida como potência de criação e transformação de sua cafetinagem (Rolnik, 2018). Pela construção de modos de relacionamentos intersubjetivos que se oponham à individualização atomizante e despolitizante, profundamente antidemocrática, do neoliberalismo. É preciso inventar uma nova ideia de comum que escape de idealismos e que funcione, isto é, que maquine novos funcionamentos. Enquanto isso, é preciso promover uma redução de danos à exploração psíquica promovida pela racionalidade-mundo neoliberalismo, em outras palavras, vigiar em nós mesmos não apenas “o fascista, o suicida e o demente” (Deleuze; Guattari, 2016, p. 32), mas sobretudo o empreendedor que nos torna fascistas, suicidas e dementes.

Referências

- BOCCHINI, B. *Boulos prioriza empreendedorismo no final da campanha*. Agência Brasil, Brasília, 16 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-10/dr-com-demori-boulos-prioriza-empresendedorismo-no-final-da-campanha>.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi e Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 3. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUATTARI, Félix. *A revolução molecular*. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- HARAWAY, D. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. Tradução de Aline Scátola. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- HUR, D. *Psicologia, Política e Esquizoanálise*. Campinas, SP: Alinea, 2018.
- LEMKE, T. Foucault, governamentalidade e crítica. Tradução de Eduardo Altheman Camargo Santos. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 194-213, 2017.
- PRECIADO, P. La izquierda bajo la piel. In: ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 11-21.
- PRECIADO, P. *Dysphoria mundi: O som do mundo desmoronando*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- PRECIADO, P. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 19, no 1, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/4bw3s2w7>. Acesso em: 27 mar de 2024.
- PRECIADO, P. *Texto Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1edições, 2018.
- MACHADO, A. V. D., VERBICARO, L. P., REBELO, T. M., & FERREIRA, V. D. P. A construção da sociedade neoliberal brasileira: qual o lugar da democracia? *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 1-36, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/CDgvP8s5tsqkPMgrh6Y5Rdy/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SAFATLE, V.; JÚNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autêntica, 2020.

VILELA, P. R. Lula exalta democracia em pronunciamento da Independência. Agência Brasil, Brasília, 06 set. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-09/lula-exalta-democracia-em-pronunciamento-da-independencia>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

Submissão: 11. 03. 2025 / Aceite: 20. 04. 2025